

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 538.101 - ES (2019/0301526-5)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : JOAO BATISTA AUGUSTO JUNIOR E OUTROS  
**ADVOGADOS** : DANIEL LEON BIALSKI - SP125000  
JOÃO BATISTA AUGUSTO JÚNIOR - SP274839  
BRUNO GARCIA BORRAGINE - SP298533  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : JOAO DE CASTRO MARQUES  
**PACIENTE** : JOAO ADIBE ZACHARIAS MARQUES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOÃO DE CASTRO MARQUES e JOÃO ADIBE ZACHARIAS MARQUES contra decisão proferida pelo Relator do HC n. 0028966-13.2019.8.08.0000, que indeferiu o pedido liminar.

De acordo com os autos, os pacientes são investigados em razão da suposta prática de crimes contra a ordem tributária cometidos pela Abrange Mercantil Farmacêutica Ltda., cujos pacientes são ex-sócios.

Na impetração originária, a defesa aduziu que os pacientes não eram os responsáveis pela apuração e recolhimento dos impostos devidos pela sociedade empresária e que a responsabilização criminal derivou unicamente do fato de eles figurarem como sócios à época dos fatos investigados.

O pedido liminar de sobrestamento do Procedimento de Investigação Criminal instaurado pelo Ministério Público estadual foi indeferido (e-STJ, fls. 396/401).

Nesta impetração, a defesa insiste na necessidade de trancamento do procedimento investigatório, alegando falta de justa causa.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no

# *Superior Tribunal de Justiça*

sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual *não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

**CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.**

1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo.

2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal.

3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau.

4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA – Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1/10/2007).

Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não é de se admitir casos como o dos autos. Não sendo possível a verificação, de plano, de qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve-se aguardar a manifestação de mérito do Tribunal de origem, sob pena de se incorrer em supressão de instância e em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

No caso, verifica-se que o *decisum* apresenta fundamentação suficiente e idônea a afastar a alegação, neste momento, de manifesta

# *Superior Tribunal de Justiça*

ilegalidade que justificasse a superação do enunciado sumular, conforme se verifica pela leitura do trecho a seguir reproduzido (e-STJ, fls. 399/400):

*Constato que está superada a impugnação do crédito na esfera administrativa, sendo emitida certidão de dívida ativa de fls. 56/57, a autorizar a inauguração de investigação penal e abertura de eventual ação penal.*

*Sob outro viés, a pendência de julgamento definitivo da ação anulatória de débito fiscal decorrente do auto de infração nº 5.015.614-4 não impede o prosseguimento do procedimento investigativo criminal, ademais, porque a pretensão liminar de suspensão da exibibilidade do crédito restou indeferida conforme decisão de fls. 211/216, proferida em 06 de fevereiro de 2018.*

*Prossigo ainda dispondo que o fato de ter sido deferida a tutela de urgência na ação anulatória interposta em face dos demais autos de infrações não constitui obstáculo ao processamento desta investigação criminal, uma vez que abarcam fato gerador e crédito tributário diversos.*

*Verifico através do documento de fls. 50/51 que os pacientes figuravam como sócios da empresa à época dos fatos que ensejaram o auto de infração, consistente no suposto não recolhimento de ICMS nos períodos aventados à fl. 31.*

*Configurado, portanto, ao menos indícios de autoria e provas de materialidade para o prosseguimento da investigação criminal instaurada pelo GAECO com o fim de apuração dos fatos.*

*Somado a isso, por restar prematura a investigação, em sua fase inicial, não se mostra plausível a análise de carência de justa causa ou nexo de causalidade entre a imputação e eventual conduta praticada pelos pacientes, que somente poderão ser aferidas após o prosseguimento das etapas investigativas a serem efetivadas pelo órgão competente.*

Assim, não há como superar o enunciado sumular 691/STF.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

